



Capital social e o desenvolvimento da economia cultural e criativa: diretrizes municipais em uma amostra

**Margarete Panerai Araujo
Judite Sanson de Bem
Moisés Waismann**

Resumo: O artigo destaca o contexto regional e as bases de desenvolvimento municipal e capital social para fomento da economia da cultura e criativa. A metodologia foi de estudos bibliográficos. Foi possível concluir que os três municípios da amostra estabelecida estão criando seu marcos fundantes de políticas de desenvolvimento no âmbito das indústrias culturais e criativas e que as políticas públicas propostas envolvem o capital social.

Palavras chaves: Desenvolvimento; municípios; indústria cultural e criativa, capital social.

Abstract: The article highlights the regional context and the bases of municipal development and social capital to foster the culture and creative economy. The methodology was based on bibliographic studies. It was possible to conclude that the three municipalities of the established sample are creating their founding milestones of development policies within the cultural and creative industries and that the proposed public policies involve social capital.

Keywords: Development; counties; Cultural and creative industry, social capital.

1 Introdução

O objetivo desse artigo é destacar o cenário atual de contexto regional da região metropolitana de Porto Alegre, que vem estrategicamente desenvolvendo políticas, projetos e práticas de gestão e formação de competências em setores economia cultural e criativa. Para tanto, fez uso de uma amostra de três municípios, de forma a identificar as políticas, que vem sendo desenvolvidas.

Para isso na primeira sessão é apresentado o contexto parcial e regional considerando indicadores da FEE disponíveis em 2012 e características da população. A segunda parte destaca a reflexão teórica sobre desenvolvimento e capital social, que estabelece bases de participação e formação econômica e a última sessão destaca a formação de políticas municipais para o desenvolvimento dos setores de economia da cultura e economia criativa nos municípios de Porto Alegre, são Leopoldo e Canoas. A metodologia constitui-se em estudos bibliográficos e as conclusões respondem a problemática proposta de verificar no cenário regional, voltados a setores de economia criativa.



2 Contexto parcial regional da RMPA

O desenvolvimento da pesquisa tem seu universo delimitado na Região da Metropolitana (RMPA), que segundo o Atlas de Porto Alegre (2012) foi criada em 1973 pela Lei Complementar Federal nº. 14/73, sendo composta por 34 municípios e possuindo área de 10.346 km². Em 2010, a RM de Porto Alegre possuía um grau de urbanização de 97% e cerca de 37% da população estadual residia na RM. Sua população do município-núcleo da RM correspondia, em 2010, a 35% da população metropolitana.

A taxa de crescimento da população entre 2000 e 2010, foi de 0,64% ao ano e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era igual a 0,685, situando-se na faixa de Médio Desenvolvimento Humano. Já em 2010 houve crescimento representando 0,762, passando para a faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Convém lembrar, que o IDHM Educação, em 2010 era 0,649; o IDHM Longevidade correspondeu a 0,855; já o IDHM Renda era 0,797. Ou seja, entre 2000 e 2010, a dimensão que mais evoluiu, em termos absolutos, foi à dimensão Educação, que registrou um aumento de 0,125.

Baseado em Martins (2013) a criação das regiões metropolitanas representou a solução para problemas urbanos, que ultrapassavam as esferas dos municípios. A tentativa de efetuar planejamento, fazer gestão dos bens e serviços metropolitanos, caracterizou-se na chamada promoção do desenvolvimento socioeconômico numa escala regional

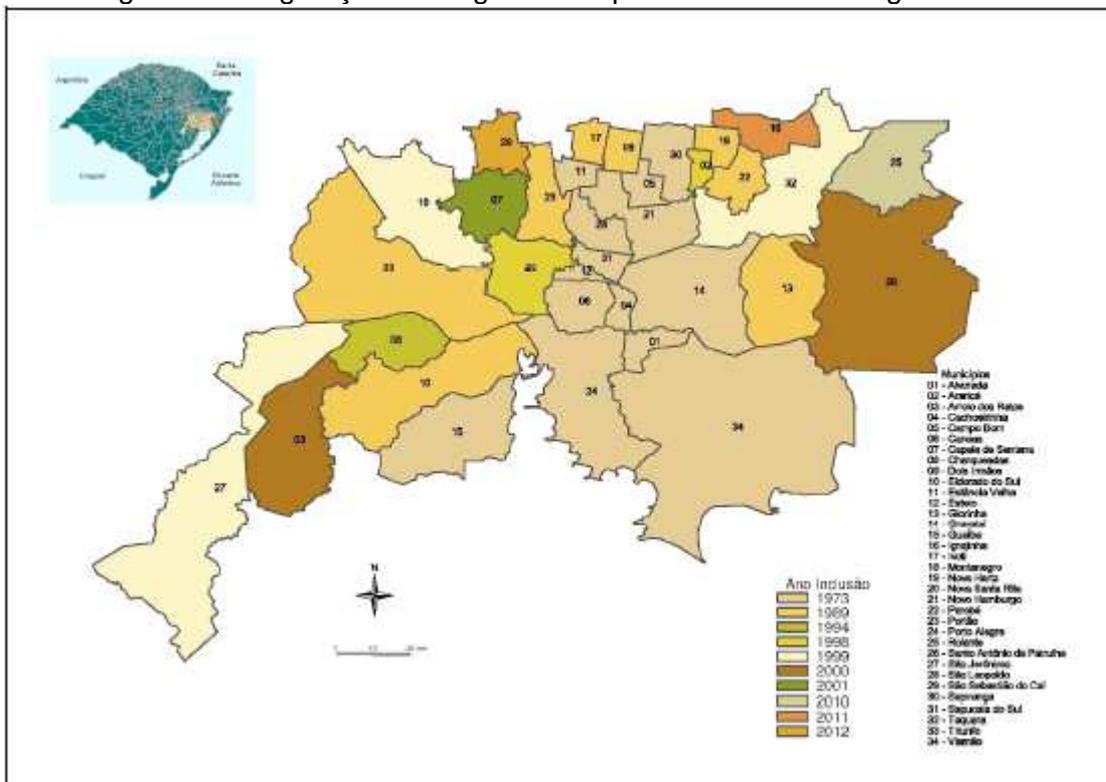
A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi constituída legalmente com base na Constituição Federal de 1967 (art. 157, §10) e Emenda Constitucional de 1969 (art. 164) que permitiram mediante lei complementar o estabelecimento das primeiras regiões metropolitanas brasileiras. Estas regiões foram caracterizadas como um conjunto de municípios de uma mesma comunidade socioeconômica que, independente de sua vinculação administrativa, visavam à realização de serviços públicos de interesse comum. A RMPA foi instituída formalmente através da Lei Complementar Federal 14 de 08/06/1973, integrando 14 municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão. Sendo Porto Alegre, o município mais antigo desta configuração, uma das quatro primeiras cidades do estado (1809) e capital do Rio Grande do Sul, o município sede da região (CATALÃO, 2009, p. 521 apud MARTINS, 2013, p. 4).



Viu-se, que os municípios foram aos poucos se associando a região na tentativa de buscar benefícios. Assim, 06 municípios foram incorporados à área metropolitana na década de 90: Charqueadas (1994), Araricá (1998), Nova Santa Rita (1998), Montenegro (1999), Taquara (1999) e São Jerônimo (1999). Destacando que Araricá e Nova Santa Rita são municípios criados em 1995 e 1992 a partir de desmembrados territoriais de municípios, e outros já eram pertencentes à configuração metropolitana: Sapiranga, Nova Hartz e Canoas.

Na década seguinte foram incorporados novamente mais 06 municípios. Entre os anos 2000 e 2001: Arroio dos Ratos (2000), Santo Antônio da Patrulha (2000) e Capela de Santana (2001). E em 2010, foram incluídos: Rolante (2010), Igrejinha (2011) e São Sebastião do Caí em julho de 2012. Os desmembramentos e inclusões, segundo Martins (2013) repercutiram num total de 34 municípios.

Figura1. Configuração da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2012



Fonte Martins, 2013.



Figura 2. Dados de população total na RMPA

MUNICÍPIO	População	População	População	Área IBGE km ²	Taxa de	Densidade	Ano de Inclusão na RMPA
	Total 2007	Urbana 2000	Rural 2000		Crescimento 1991 - 2000 %	Demográfica 2007 hab/km ²	
Rio Grande do Sul	10.582.887	8.317.984	1.869.814	281.748,50	1,23	37,56	—
RMPA	3.959.810	3.551.672	167.106	9.800,21		480,62	—
Alvorada	207.142	183.365	603	70,81	2,94	2.925,32	1973
Araricá	4.781	3.493	539	35,29	3,51	135,48	1998
Arroio dos Ratos	13.619	12.528	807	425,94	1,36	31,97	2000
Cachoeirinha	112.603	107.564	0	43,77	2,25	2.572,61	1973
Campo Bom	56.595	51.838	2.180	61,41	1,36	921,59	1973
Canoas	326.458	306.093	0	131,10	1,45	2.490,14	1973
Capela de Santana	10.950	6.277	3.755	184,00	3,35	59,51	2001
Charqueadas	33.708	29.015	946	216,51	2,16	155,69	1994
Dois Irmãos	24.815	22.272	163	65,16	4,86	380,83	1989
Eldorado do Sul	31.316	19.242	8.026	509,70	4,96	61,44	1989
Estância Velha	40.740	34.367	765	52,38	2,50	777,78	1973
Esteio	78.816	79.961	87	27,54	1,43	2.861,87	1973
Glorinha	6.908	1.285	4.399	323,64	2,43	21,34	1989
Gravataí	261.150	212.144	20.485	463,76	2,85	563,11	1973
Guaíba	93.578	91.956	2.351	376,97	2,04	248,24	1973
Ivoti	18.517	13.785	1.533	63,14	3,60	293,27	1989
Montenegro	56.790	48.862	5.830	420,02	1,94	135,21	1999
Nova Hartz	16.688	12.879	2.192	62,56	4,94	266,75	1989
Nova Santa Rita	20.591	11.550	4.200	217,87	5,38	94,51	1998
Novo Hamburgo	253.067	231.989	4.204	223,61	1,56	1.131,73	1973
Parobé	48.713	43.439	1.337	109,03	3,84	446,79	1989
Portão	28.583	19.818	4.839	159,94	2,67	178,71	1989
Porto Alegre	1.420.667	1.320.739	39.851	496,83	0,94	2.859,46	1973
Santo Antônio da Patrulha	37.910	23.483	13.552	1.048,90	0,76	36,14	2000
São Jerônimo	20.506	15.611	4.672	937,05	-0,19	21,88	1999
São Leopoldo	207.721	192.895	652	102,31	1,61	2.030,31	1973
Sapiranga	73.979	65.785	3.404	137,52	2,42	537,95	1973
Sapucaia do Sul	122.231	121.813	938	58,64	1,78	2.084,43	1973
Taquara	53.428	43.125	9.700	457,13	2,48	116,88	1999
Triunfo	23.976	12.887	9.279	823,42	2,41	29,12	1989
Viamão	253.264	211.612	15.817	1.494,26	2,61	169,49	1973

Fonte: Martins, 2013.

Segundo Martins (2013, p. 8) apresentou as justificativas para o crescimento de municípios junto à região metropolitana foram: “configuração territorial, nas justificativas para inclusão também se encontram como argumentos elementos relacionados a questões econômicas e sociais”. Partes dessas justificativas estão nos projetos de desenvolvimento integrado da “Grande Porto Alegre”. E principalmente projetos governamentais específicos, nesse sentido, a população da RMPA ficou caracterizada em termos populacionais com concentração na cidade de Porto Alegre, que reuniu 1,409 milhões de Habitantes, ou seja 34,95% da população metropolitana. Existem ainda outros municípios também foram considerados



importantes nessa distribuição em 2010: Canoas (323,8 mil hab.), Gravataí (255,7 mil hab.), Viamão (239,4 mil hab.), Novo Hamburgo (238,9 mil hab.) e São Leopoldo (214 mil hab.).

Outro item para considerar nessa concentração foram, segundo Martins (2013), destacou os subespaços no território metropolitano onde são encontrados os municípios como os polos de crescimento da região que ampliam o potencial da região metropolitana devido ao crescimento econômico. A figura 3 apresenta a divisão político administrativa da região metropolitana.

Figura 3. Divisão político administrativa da RM



Fonte : Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal . IPPUR/UFRJ-FASE, 2002.
Equipe Metrodata : Henrique Rezende, Paulo Renato Azevedo, Peterson Leal.

Fonte: Observatório de políticas Urbanas, 2002.

Alonso e Brinco (2009, p.09) lembram que o Vale dos Sinos e São Leopoldo é uma dessas áreas, “concentravam o setor coureiro-calçadista, especializado nos gêneros em couro, peles e produtos similares, papel e papelão. E também se destacavam como polos de comércio e serviços”. Também se encontra um subespaço caracterizado por um parque industrial diversificado, fornecedor de produtos de maior valor agregado, onde são encontrados setores da petroquímica, metalúrgica, produtos



alimentares e complexo automotivo. Nesta parte da região sul, também se registra um setor terciário diversificado, onde são encontrados serviços comerciais, de saúde, educação, transportes, telecomunicações e intermediações financeiras.

Em termos do VAB industrial da RMPA, Porto Alegre e mais dois municípios deste subespaço, seguido de Gravataí e Canoas, concentravam 46,56% em 2010. Martins (2013) destacou ainda nos seus estudos que o valor da produção industrial na Região Metropolitana concentra-se nos municípios de Canoas, Porto Alegre, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Triunfo, que respondiam por 67,57% em 2010. Em termos de serviços na RMPA notou-se a concentração em Porto Alegre, com 47,79% em 2010, devido as condições conjunturais de emprego e ocupação da população, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMPA.

[...] no período de dez anos, entre 2002 e 2011, houve uma redução de mais da metade da taxa total de desempregados na RMPA, que passou de 16,7% em 2002 para 7,3% em 2011. No mesmo período, o número de ocupados aumentou em média 3% ao ano, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu a um nível inferior, em média 1,9% ao ano. O que revela uma relativa melhoria no mercado de trabalho, considerando que a taxa de desemprego desde 2003 manteve uma trajetória de queda, e o número de desocupados, que em 2002, chegava a 266 mil, caiu para 150 mil, em 2011 (Martins, 2013).

Esse panorama, embora não tão detalhado, relembra o processo de institucionalização na RMPA, e a síntese dos principais indicadores socioeconômicos oferecem um quadro para pensar nas políticas e projetos voltados a economia da cultura e economia criativa. A configuração demonstrada por Martins (2013) encaminhou como conclusões as disparidades em termos do grau de urbanização; municípios com diferentes portes em suas configurações territoriais, uma distribuição da população concentrada no município sede e nos municípios da primeira configuração institucional, uma redução do crescimento populacional que se refletiu no estado condições de moradia precárias no município sede, uma dinâmica econômica concentrada em 06 municípios e, uma melhora nas condições de emprego e ocupação na RMPA. Nesse sentido, pode-se considerar que o nível de desenvolvimento da região se caracterizou como expressivo e essas condições se refletiram num processo de fortalecimento do capital social.



3 Governo educador: Inter-relações entre o desenvolvimento e capital social

Falar sobre o desenvolvimento é retomar um conceito de processo pedagógico e de ação junto às comunidades. Santos (2001) ofereceram reflexões sobre a prática desse processo identificando que comunidades pobres, estão mais associadas às ações comunitárias e, à sua mobilização, destacando como um dos principais eixos de desenvolvimento político social do país.

Viu-se que a globalização ofereceu novos impulsos em suas forças produtivas e suas formas de exploração, e, portanto outros conceitos e critérios passaram a definir desenvolvimento. As explicações com a industrialização, que giram em torno das condições possíveis para o crescimento socioeconômico marcaram mudanças constantes e sensíveis. As contradições se impõem ao conceito de modernização e ao conceito de desenvolvimento e, passaram a enfocar o nível econômico e principalmente o social. É bom lembrar, que o progresso econômico vem se expressando, através do crescimento e progresso tecnológico alcançado, e o social vem se expressando num conjunto de serviços sociais estimulados, apoiados ou mesmo patrocinados pelo Estado com o objetivo de diminuir a distância de desigualdades.

Enfoques e concepções de desenvolvimento se apresentam de forma diversificada, e contraditória, segundo Paoli (1992) e Becker Dinizar (2000). A transferência do processo de industrialização já era apontada, nas obras de Karl Marx e a volta às teses monetaristas e mercantilistas protagonizadas pelo ideário neoliberal, explicitavam a ilusão, de que o problema crucial do desenvolvimento estava nos processos de planejamento e, portanto, na interferência do Estado na economia.

Segundo Morin (2002), a concepção marxiana de uma sociedade privilegiava nas forças de produção e na luta de classes estava focada no caráter capitalista de exploração. Mas, a chave do poder sobre a sociedade estava na apropriação das forças de produção e, o Estado era somente um instrumento nas mãos da classe dominante. Morin (2002) destacou que a obra de Marx, focalizava-se no caráter capitalista do século XIX, e já não é suficientes para conceituar as sociedades atuais, seus caracteres estatais, nacionais democráticos, técnicos, burocráticos, portanto, se



ocultava as qualidades complexas e a multidimensionalidade da realidade histórico-social.

Nesse sentido, Morin (2002), destaca a importância do capital social, nas conexões sociais. Ou seja, mesmo em uma sociedade com poucos recursos, se a mesma for cooperativa, confiante e recíproca, será capaz de partilhar os seus bens e esse capital agregado fará com que a sociedade se mantenha. Bourdieu (1989), Coleman (1988), e Putnam (1993), evocam o marco de surgimento da teoria do capital social em seus trabalhos. Segundo Putnam (1993, p.18), “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e capital humano”.

Essa fonte de inspiração da literatura parte do princípio que o desenvolvimento do capital social é recompensado com a obtenção dos benefícios mútuos conseguidos através das conexões sociais. Assim Fernandes (2002) apresenta vários enfoques teóricos:

- Hanifan (1916) invocou a ideia de capital social para explicar a importância do envolvimento da comunidade para o sucesso das escolas nos EUA.
- Jane Jacobs (1961), procurou explicar o caráter associativo das vizinhanças na grande cidade americana,
- Coleman (1990) introduziu o conceito de capital social, como relações de confiança, que melhoram o uso dos recursos individuais. Capital social foi definido pela sua função.
- Loury utilizou o termo capital social, como uma parte de recursos das relações de família e da organização da comunidade social, que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de um jovem ou uma criança.
- Portes (1998), fez a primeira análise contemporânea sobre capital social a partir da produção de Pierre Bourdieu, que definiu o conceito como o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de aquiescência ou reconhecimento mútuo.

Nesse sentido, o capital social está diretamente ligado à formação. Como outras formas de capital, elas são produtivas, tornando possível a realização de certos fins, que na sua ausência não seriam possíveis. Como capital físico e capital humano, o capital social não é completamente fungível, mas pode ser específico de certas



atividades.

Segundo Fernandes (2002) Coleman destacou que a educação é evidente nesta função de capital social. E, outra função refere-se como fonte de benefícios através de redes extrafamiliares. Assim, convém lembrar que o termo capital social ficou conhecido na sociologia e vários outros autores fizeram uso da expressão buscaram variáveis sociais para explicar os diferentes níveis de crescimento alcançados por países semelhantes.

Guiso, Sapienza, Zingales (2006) também apresentaram relações do capital social com diferentes elos que faltava para explicar as diferenças nos níveis de desenvolvimento. Portanto, foi a partir da definição de Putnam (1995) o capital social passou a ser reconhecido nas questões sobre o desenvolvimento. Se for capaz de gerar lucros da mesma forma que os demais tipos de capital ele pode ser considerado um atributo importante do capital, que gera um fluxo de benefícios. Para Bandeira (1999) a inexistência de uma instância político-administrativa intermediária entre o estado e os municípios e a escassez de organizações e instituições de abrangência permitiram uma articulação e participação da comunidade, pois a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos, que convivem nesses territórios. Conforme Bandeira, (1999, p. 7) o capital social colabora nas relações políticas:

- (a) buscam promover a participação e/ou a articulação de atores sociais em uma escala territorial intermediária entre o estado e o município;
- (b) estão associadas a esquemas de regionalização e cobrem, ou têm como objetivo chegar a cobrir, todas as regiões de um estado;
- e (c) visam estabelecer processos de articulação e/ou participação de caráter permanente, cuja abrangência transcende os limites de um projeto ou programa específico

Esses processos, que envolvem a participação e mobilizam os grupos e movimentos sociais são constituídos por um sistema administrativo de planejamento composto por fóruns regionais e temáticos, tendo como meta principal, incentivar os segmentos populares a deliberarem, de forma organizada, sobre os investimentos previstos para o conjunto da cidade e/ou Estado. Nessa perspectiva, a dimensão marcante está na participação do povo e nas técnicas que são utilizadas pelo governo para a informação, comunicação e virtualidade junto aos conselhos representantes para fiscalizarem e definirem suas reivindicações e prioridades para cada região,



restabelecendo o que Rawls (2000) apresentava como estatuto de liberdade, democracia e justiça.

Um sistema administrativo de participação, quando instaurado, torna-se um instrumento símbolo, pois suas técnicas contribuem para esboçar um novo perfil do cidadão baseado nas relações sociais. Tais relações, vividas pelos agentes que participam desencadeiam um campo de forças, em que há posições bastante claras e no qual as decisões são amplamente debatidas e disputadas.

Neste sentido, o que resulta são relações de forças simbólicas (BOURDIEU, 1989), que se manifestam estrategicamente, e à medida que esse aparelho de mobilização se fortalece, cresce também um processo institucional instaurado. Assim, passa a ser cada vez, mas legitimado, enquanto mecanismo, quando garante espaços, a multiplicação de sua ideia, e a construção de um processo democrático para o cidadão, pressupondo, portanto, a manutenção do poder nas relações entre os agentes que dele participam.

A concepção atual de formação tem alterado o seu significado histórico, frente às aceleradas exigências que o mundo tem apresentado. Essa formação para a cidadania moderna tem, condensado cada vez mais a generalização, e sua construção se dá através de um processo interno, gerado pela reflexão, participação, autoconscientização que a virtualidade proporciona, desmitificando, o complexo processo de mudança dos agentes.

A formação construída a partir dessas características extrapola o espaço da educação formal e das instituições. A instituição escolar não mais detém o privilégio de transmissão dos conhecimentos da formação adquirida. A aquisição da formação se dá em um "(...) processo contínuo e múltiplo" (LOPES Y ARTILLES, 2002, p.186), pois a aprendizagem é um processo de tomada de consciência que garante certa autonomia do ser.

O homem é um fazer-se constante por sua formação, que enquanto processo de construção incorpora todas as dimensões humanas. A formação integral, neste sentido extrapola, pois consideram outros espaços da vida social, de convívios, percepções, sensações, vivências na construção do cotidiano e na auto-eco-organização. Neste sentido, vive-se num momento em que se torna necessário que nos apropriemos de "[...] novas linguagens, novas formas de pensar, e o domínio ou, pelo menos a possibilidade de desenvolver uma compreensão sobre caminhos que



estão sendo percorridos pelas ações humanas na direção de simplificar processos, de condensar, transmitir e estocar informações [...], (FAGUNDES, 1998, p.321).

Portanto, o conceito de governo educador tem diversos significados, é versátil e adquire uma função retórica, e consiste no reconhecimento de que as cidades educam. O conceito de formação vinculado ao capital social vem ultrapassando os muros institucionais, pois a teia de relações estabelecidas pelos agentes envolve toda a sociedade.

O conceito de desenvolvimento oferece inúmeras opções. Entre as oportunidades de avaliar temos:

- Os parâmetros atuais voltados ao desenvolvimento ainda são explicados pelas condições junto ao crescimento econômico.
- Os resultado dessa mudança se vinculam a nossa situação de ambiguidade frente à mudança dos paradigmas.
- O termo desenvolvimento é um conceito, que passa por discussões Assim, a busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade impõe-se a todos. Guarda em si noções de complicação que dizem respeito à equidade, adaptabilidade, biodiversidade, gestão de recursos renováveis, e também de completude que são todos os sistemas existentes e suas relações.

4 Governos da RMPA que implantam o capital social através da economia cultural e criativa: Porto Alegre, São Leopoldo e Canoas

A capacidade de estimular o desenvolvimento de atividade produtivo e formativa em economia cultural e criativa tornou-se necessárias nos territórios. A Secretaria da Economia Criativa desenvolveu um plano para a institucionalização da política de economia criativa, que merece ser lembrado, mesmo que de forma parcial, pois norteia e oferece diretrizes para o fomento municipal, através de programas, políticas e fundos de participação.

Segundo o IPEA (1999) a economia criativa é um conceito, que ainda está em evolução. Apesar disso, do ponto de vista econômico ela se constitui num conjunto de segmentos dinâmicos, cujo comércio mundial cresce a taxas mais elevadas do que o resto da economia. Produtos e serviços baseados em criatividade têm uma



elasticidade-renda elevada, e mesmo nos momentos de crise garante participação no comércio mundial.

Conforme Bandeira (1999) tornou-se uma prática corrente a elaboração de projetos e programas específicos com mecanismos participativos na implementação e no acompanhamento de ações setoriais, especialmente na área social e ou cultural. A multiplicidade de comissões criadas para acompanhar a execução de programas específicos, em níveis municipal, estadual e federal, que apresentem a participação de segmentos da sociedade civil. Um exemplo significativo foram os orçamentos participativos, em que a população e seus representantes são chamados a deliberar sobre as contas e demandas na busca de soluções financeiras. Essas Iniciativas de institucionalização, formulação e implementação de políticas encontraram pano de fundo para o desenvolvimento das políticas em cultura.

As indústrias criativas podem colaborar com a cultura, valores e tradições, visto que, tem potencial de inclusão e atratividade turística, além da preservação do patrimônio, do meio ambiente e benefício das populações locais. Nesse sentido, o relatório do IPEA (1999) destacou a noção de conteúdos correlatos vinculados à economia criativa. E assim é possível identificar que as dimensões setoriais estão no ramo de atividade das empresas e a ocupacional ou das classes criativas estão na ocupação profissional exercida pelo trabalhador.

Para uma abordagem da economia formal, normalmente utiliza-se dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e para dados da economia formal e informal, utiliza-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Convém destacar o conceito de “criatividade” envolvido nessas abordagens, muda conforme as áreas de estudo indo da criatividade artística, da imaginação, criatividade científica, criatividade econômica, entre outros. E a diversidade desse conceito se aproxima com o das indústrias culturais. Assim o conceito da UNCTAD (2010),

Para a UNCTAD (2010), por exemplo, as indústrias culturais são consideradas como as indústrias que “combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais por natureza. Estes conteúdos são tipicamente protegidos por direitos autorais e podem assumir a forma de bens ou serviços”. Um aspecto importante das indústrias culturais, segundo a UNCTAD (2010), é que



elas são “centrais na promoção e manutenção da diversidade cultural e na garantia de acesso democrático à cultura”. Essa dupla natureza – combinando o cultural e o econômico – dá às indústrias culturais um perfil distinto.

A ideia da economia criativa no mundo em desenvolvimento, conforme os dados do IPEA (1999) chama a atenção para os ativos criativos significativos e a amplitude da riqueza cultural que existem. A identificação das indústrias criativas nos municípios e territórios projetam as suas próprias identidades culturais para si e para o mundo, e também proporcionam a estes territórios uma fonte de crescimento econômico, criação de emprego e aumento da participação na economia global. Ao mesmo tempo, a economia criativa promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

O método que vem sendo realizado para mensurar economia criativa no Brasil, foi caracterizado por elevado grau de informalidade. Essa característica impôs estratégias utilizadas para a classificação nacional de atividades econômicas. Contudo, sabe-se, que as são as políticas e diretrizes municipais que podem alavancar a formação das de capital social e conseqüentemente bases econômicas. Apresenta-se então, algumas evidências parciais, das diretrizes de políticas municipais dos três municípios propostos observando a condição do conceito de cultura, o conjunto de significados das ações sociais, que envolvem determinados grupos e categorias sociais e a razão das diretrizes municipais, que carregam valores e significados indissociáveis de cultura, desenvolvimento territorial e economia cultural e criativa.

- Município de Porto Alegre

Porto Alegre é uma das cidades que apresenta como documento macro de diretriz governamental o Plano Municipal de Economia Criativa. Esse plano foi coordenado pelo INOVAPOA através do Comitê Municipal de Economia Criativa, instituído pelo Decreto nº 18.422 de 09 de outubro de 2013 e nº 18.492 de 16 dezembro de 2013, bem como, a Portaria nº 391/2014. Este documento teve o objetivo de orientar e potencializar as inovações e redefinições do papel dos atores desta nova economia para o desenvolvimento da cidade.



Atualmente através de um processo colaborativo, o município ainda realiza oficinas de alinhamento de conceitos e definições sobre Economia Criativa, de Políticas Públicas e efetua um Mapeamento da Economia Criativa, colaborativo. O trabalho desenvolvido resultou no conjunto de diretrizes e de ações, que devem orientar a política municipal baseada no PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento). Assim, a Economia Criativa no município está atrelada aos conceitos do Brasil compondo um cenário como eixo estratégico.

A Secretaria Nacional de Economia Criativa do Ministério da Cultura, criada em 2012 institucionalizou o Plano Nacional da Secretaria da Economia Criativa - políticas, ações e diretrizes. Esse plano tem como potencial, segundo o IPEA (1999) o fomentar nos Estados programas e projetos como o Programa RS Mais Criativo. Assim em Porto Alegre, as diretrizes que se concentram no plano municipal estão baseadas em: pesquisas realizadas pela FECOMÉRCIO/SP no Ranking das Capitais Mais Criativas, agenda de trabalho e incentivos para o setor, a criação de um comitê interdisciplinar e multisetorial, seminários, Polo de Economia Criativa 4º Distrito - Incubadora Tecendo Ideias, Programa Turismo Criativo, o NEC - Núcleo de Economia Criativa, Lei de Inovação e a implantação do FIT/POA – Fundo de Inovação que iniciou um ciclo de incentivos para o desenvolvimento desta área. Ideais como diversidade cultural, Sustentabilidade, inovação são as referências desse vetor de desenvolvimento.

Os Marcos Legais estão fundados no conjunto regulatório de leis, normas em todos os níveis que venham ao encontro do desenvolvimento da Economia Criativa e as ações são: Pesquisar e identificar a legislação e as formas de incentivo existentes que dialoguem com os segmentos relacionados a Economia Criativa. Adequar a Legislação existente contemplando a área de Economia Criativa e criar um Fórum permanente de discussão no âmbito do poder legislativo, além de organizar e compilar a legislação relativa à Economia Criativa.

- Município de São Leopoldo

São Leopoldo também tem um conceito de inovação presente, principalmente dentro da Universidade Unisinos, que propõe uma inflexão tecnológica e de



internacionalização. A escola de Indústria Criativa têm um papel extremamente importante, dentro da mesma orientação, onde os cursos promovem o desenvolvimento de um conceito de inovação nas pesquisas e nas práticas. Todos os projetos envolvem ato de trabalharem com questões de cultura, tecnologia e inovação, e sempre permeados pela criatividade e diversidade.

A Prefeitura Municipal de São Leopoldo e a sua Secretaria Municipal da Cultura e Turismo aprovaram as Metas para o Plano Municipal de Cultura-SL e trouxeram como eixos temáticos a participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios). Assim os Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, envolvem além da qualificação da Gestão Cultural, e da cidadania e direitos culturais o desenvolvimento e implementação da cultura.

O desenvolvimento tem com o foco: na Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Assim todos os demais aspectos que envolvem: Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional; Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior; fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tem como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade; os direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dimensão da economia criativa.

- Município de Canoas

A Conferência Municipal de Cultura estabeleceu política para a Cultura envolvendo as indústrias criativas. Os eixos temáticos foram: a implementação do sistema municipal de cultura, a organização da gestão cultural e a participação social. Assim, nesse sentido, buscaram consolidar, os marcos legais, participação e controle social e funcionamento dos Sistemas Municipais e Setoriais de Cultura, de acordo com os princípios constitucionais do SNC, além de toda a operacionalização dos sistemas de financiamento público da cultura: orçamentos públicos, fundos de cultura e



incentivos fiscais; os sistemas de informação cultural e governança colaborativa.

A produção simbólica e diversidade cultural, cidadania e direitos culturais, e a cultura e desenvolvimento, cujo foco é a economia criativa tem como uma das estratégias o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, buscou: institucionalização de territórios criativos, qualificação em gestão, fomento financeiro e promoção de bens e serviços criativos, além do fomento à criação/produção, difusão/distribuição/comercialização e consumo/fruição de bens e serviços criativos.

Os três municípios da amostra apresentaram bases para o desenvolvimento da economia da cultura e da indústria criativa dentro do eixo de desenvolvimento do seu território. Apresentaram evidências através do marco legal baseado no conceito de cultura do SNC. As ações sociais propostas pressupõem um envolvimento dos grupos e categorias sociais e a razão dessas diretrizes municipais é o próprio desenvolvimento territorial comprovando o capital social.

Conclusões

O artigo destacou o cenário atual de diretrizes e bases para o desenvolvimento de políticas, projetos e práticas de gestão e de formação de competências em setores economia cultural e criativa a partir dos marcos fundantes. As questões econômicas e sociais fazem parte dos projetos de desenvolvimento integrado da Grande Porto Alegre, que hoje reúne 34 municípios da RMPA. Os projetos governamentais específicos, nesse sentido, envolvem a população considerando que o capital social é um dos indicadores apresentados para a formação econômica. As políticas municipais de desenvolvimento dos setores de economia da cultura e economia criativa, nesses municípios, respondem a problemática proposta de verificar no cenário regional de desenvolvimento.

Referências

Alonso, José Antonio Fialho; BRINCO, Ricardo. **Caracterização geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)**. FEE. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/metropole/01.pdf>. Acesso em abril 2017.

Bandeira, Pedro (Org.) TEXTO PARA DISCUSSÃO No 630. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília, IPEA,



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999. Disponível em:
http://teste.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/texto_pedro_bandeira_n.630.pdf.
Acesso em abril 2017.

BECKER. Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento sustentável**: Necessidade ou possibilidade. Lageado: UNIVATES, 2000.

BERNET, Jaume Trilla. Ciudades educadoras: bases conceptuales. In: **Propuesta Educativa**. Buenos Aires-Argentina: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico S.R.L., nº16, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 73-79.

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social. Notes Provisaires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** V. 31; janvier 1980. Disponível em:
<http://letunifor.xpg.uol.com.br/arquivos/capsoc2.pdf>.
Acesso em abril 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Bases Estatísticas RAIS / CAGED - Acesso Online. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: jan. 2012

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **THE AMERICAN JOURNAL OF SOCIOLOGY**, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, Chicago, University of Chicago Press, v.94, pp. S95-S120, 1988.

FAGUNDES , Lea da Cruz e BASSO, Marcus V. Azevedo, **Identidade Social e a Construção do conhecimento**. Porto Alegre: 1998.

FERNANDES, A. S. R. O capital social e a análise institucional e de políticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 36(3):375-98, Maio/ Jun. 2002.

GUISSO, L., P. SAPIENZA AND L. ZINGALES. DOES culture affect economic outcomes? Journal of Economic Perspectives. Journal of Economic Perspectives 20(2): 23-48. 2009. Disponível em:
http://www.kellogg.northwestern.edu/faculty/sapienza/html/guiso_sapienza_zingales_jep.pdf.
Acesso em abril de 2017.

LAVILLE, J. L. Ação Pública e Economia: Um quadro de análise. In. FRANÇA FILHO, G; Laville, J.J.; Medeiros, Alzira; Magnem, J.P. (org.) **Ação Pública e Economia Solidária**: Uma perspectiva internacional. Porto Alegre, Edit, UFRGS, 2006



LOPES, Andreu e ARTILLES, Martin. Las relaciones entre formacion y empleo: Que formacion, para que empleo? In **Formação e trabalho e competência: questões atuais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 187.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. (2013). **Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre**. FEE: Porto Alegre. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312112.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

MORIN, Edgar. **Introdução à política do homem e argumentos políticos**. São Paulo: Forense, 2002.

PAOLI, Maria Cecília Machado. **Desenvolvimento e Marginalidade**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Civic Traditions in Modern Italy (1996).

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Creative Industries and Development. Document Td(xl)/BP/13). Genebra: Nações Unidas. Junho de 2004. Disponível em: www.unctad.org/en/docs/tdxibpd13_en.pdf. Acessado em: 2.11.2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD); ITAÚ CULTURAL; MINISTÉRIO DA CULTURA(MINC). **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma, opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

PAOLI, Maria Célia. **História e cidadania**: o direito ao passado. In: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. O direito à memória: patrimônio e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/porta1_pmpa_novo/. Acesso em abril 2017.

Prefeitura Municipal de Canoas. Disponível em: <http://www.canoas.rs.gov.br/site/home>. Acesso em abril 2017.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Disponível em: <http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/>. Acesso em abril 2017.

OLIVEIRA, Luiz de; KNUPP, de Carvalho Figueiredo y. Implicações para a economia solidária: participação coletiva sobre os temas capital social & comunidade cívica. In **Contribuciones a la Economía**, agosto 2009. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2009a/>. Acesso em abril 2017.

RAWLS, John. **Justiça e democracia**. 1. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.